

# O PLANO COLLOR E O FUTURO DA INDÚSTRIA DE INFORMÁTICA\*

*Daisy Dias Schramm Zeni\*\**

As medidas econômicas tomadas pelo Governo Collor, logo de imediato à sua posse, causaram grande impacto na sociedade brasileira. O enxugamento da liquidez da economia — a principal arma de combate à inflação proposta pelo novo Governo — determinou profundo corte no acesso ao capital financeiro, tanto de pessoas físicas como jurídicas. Os cruzados novos depositados em contas correntes, cadernetas de poupança ou aplicados no mercado de capitais ficaram à disposição do Banco Central, e a nova moeda — o cruzeiro — passou a constituir-se em um bem extremamente escasso.

Compreende-se, assim, que, nos primeiros dias após a promulgação do Plano Collor, os empresários tenham buscado, das formas mais variadas e criativas, o numerário de que necessitavam para cumprir seus compromissos com os fornecedores, com os salários de seus empregados, com as despesas de vendas e de "marketing", etc. Os 500.000 cruzados novos liberados a cada empresa, destinados às folhas de pagamento, pouco representaram para a volta do equilíbrio à maioria das organizações.

A indústria de informática, assim como as demais atividades econômicas, teve também de se adaptar aos novos rumos da economia nacional, ajustando sua conduta ao mercado e procurando restringir despesas.

Nessas circunstâncias, a nova estratégia de atuação das empresas de informática envolveu, principalmente, os departamentos de vendas e de "marketing". Com efeito, além da publicidade tradicional em torno das inovações e da qualidade dos seus produtos, as firmas passaram a conceder significativos descontos nos preços e a efetuar vendas a prazo.

---

\* Este artigo foi redigido com as informações disponíveis até 22 de junho.

\*\* Economista da FEE.

Por outro lado, com o propósito de restringir suas despesas, passaram a recorrer a diversos expedientes, como férias coletivas, contenção das despesas administrativas e, até mesmo, dispensa de funcionários.

Ainda que as demissões não tenham sido em número significativo, deve-se salientar, entretanto, um traço bastante revelador e preocupante das mesmas: os primeiros a serem demitidos, pelo menos em algumas empresas, foram os pesquisadores que atuavam nos laboratórios de desenvolvimento de produtos e de processos de produção. Isso equivale a dizer que, nessas organizações, houve interrupção das pesquisas, o que poderá ter conseqüências desastrosas no médio e longo prazos. Tal fato, já problemático em qualquer atividade industrial pelas implicações sobre uma eventual perda de competitividade dos produtos fabricados, reveste-se da maior gravidade quando atinge uma indústria com as características da informática: mudanças tecnológicas sucedem-se com rapidez, determinando, por sua vez, a rápida obsolescência de produtos e/ou de processos de produção.

Quanto à reserva de mercado estabelecida pela Lei nº 7.232/84, artigo 4º, esta não foi alterada nos primeiros dias do novo Governo. Entretanto, os reflexos da inacessibilidade aos cruzados novos e aos cruzeiros afetaram sobremaneira as atividades das empresas dessa área. Concretamente, verificou-se a suspensão das encomendas e o cancelamento de pedidos em carteira. A esse respeito, assim se manifestou Carlos Eduardo Corrêa da Fonseca, Diretor Superintendente da Itautec: "mantiveram a reserva, mas tiraram o mercado" (Magalhães, 1990, p.19).

Passados os primeiros dias de vigência do Plano em questão, quando as vendas tendiam a se normalizar e pouco restava dos cruzados novos bloqueados no Banco Central referentes ao capital financeiro das empresas, eis que novo choque abalaria a informática nacional. Dessa vez, as medidas governamentais tinham principalmente como alvo os equipamentos de automação industrial e de comunicação digital. Uma lista de 59 produtos, que teriam suas importações liberadas, foi entregue aos empresários em 23 de maio do corrente ano. Na prática, foi extinta a reserva de mercado para os equipamentos ali discriminados e que correspondem a uma tecnologia menos complexa, especialmente os que incorporam microprocessadores de oito "bits".

Destaque-se que esse novo choque atingiu principalmente as organizações paulistas e gaúchas, que ocupam, respectivamente, o primeiro e segundo lugares na fabricação desses bens no "rank" nacional. No Rio Grande do Sul, em particular, cerca de 65% das empresas de informática produzem para as áreas acima citadas (BADESUL, 1987).

Todavia os indícios de que o novo Governo tinha planos especiais para a indústria de informática vinham se avolumando desde os primeiros dias de sua posse. O rebaixamento tanto da Secretaria Especial de Informática (SEI) como do Conselho Nacional de Informática e Automação (CONIN) na hierarquia da administração federal mostrava a intenção governamental de alterar a Política Nacional de Informática (PNI). Esse fato tornou-se ainda mais patente com a retirada do projeto do II Plano Nacional de Informática e Automação (PLANIN), enviado ao Congresso Nacional pelo Governo Sarney, sob alegação de necessidade de introduzir modificações.

Atente-se que, nesse processo, muito pesaram as críticas emitidas por empresários de diversos ramos industriais a respeito das insuficiências da informática nacional no atendimento às suas necessidades de modernização, dando força ao Governo Collor para promover a flexibilização, pelo menos parcial, da reserva de mercado criada pela Lei nº 7.232/84.

Entretanto as responsabilidades da indústria eletrônica digital do País, enquanto entrave à modernização do parque industrial, são, pelo menos, discutíveis. Tomando-se a indústria automobilística como exemplo, constata-se que os argumentos do Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), tentando provar que o atraso tecnológico dos automóveis nacionais é conseqüência da reserva de mercado de informática, são demasiado fracos e não resistem sequer a uma análise superficial.

Assim, por exemplo, a informática nacional não pode ser responsabilizada pela defasagem de mais de 20 anos do Projeto Opala, ainda hoje fabricado no País pela General Motors, nem pela insistência da Volkswagen em produzir, no Brasil, o Santana, cujo projeto já foi abandonado na Alemanha e no Japão. Esses fatos levam a concluir que as montadoras brasileiras têm se contentado, salvo uma ou outra exceção, em direcionar sua produção para o mercado interno, o qual tem continuado a absorver projetos reconhecidamente obsoletos.

Pode-se acrescentar que a chamada eletrônica embarcada somente não se tem desenvolvido mais rapidamente no País em função do histórico desinteresse manifestado pela indústria automobilística — na verdade, um oligopólio formado por multinacionais — em desenvolver produtos mais avançados, seja para competir no mercado internacional, seja para colocar no mercado doméstico.

Um estudo comparativo entre os resultados obtidos pelas duas reservas de mercado — a de informática e a automobilística — revela que,

enquanto a primeira emprega mais de 15.000 pesquisadores no desenvolvimento de produtos e de processos de produção, a segunda se contenta em importar projetos ultrapassados.

Tudo indica que, se houvesse mercado para a eletrônica embarcada no País, esta teria tido boas possibilidades de rápido desenvolvimento. Há, inclusive, exemplos para ilustrar esta assertiva. O automóvel fora-de-série produzido pela empresa gaúcha Besson & Gobbi — o Miura — está equipado com dispositivos eletrônicos digitais produzidos por uma empresa também rio-grandense. Da mesma forma, é aqui no Estado que estão sendo fabricados os computadores de bordo e o dispositivo de injeção eletrônica que serão incorporados aos automóveis da General Motors no próximo ano.

Um outro aspecto importante a analisar, ainda que de ordem mais geral, refere-se aos critérios estabelecidos para a escolha da primeira faixa de equipamentos da indústria de informática nacional que terá que disputar, a partir de janeiro de 1991, o mercado brasileiro com as indústrias estrangeiras congêneres. Essa primeira categoria de produtos abrange, de acordo com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, os bens de menor complexidade, classificados como de tecnologia dominada.

É necessário aqui se chamar atenção para o fato de que operar com tecnologia dominada não significa, necessariamente, dispor de competitividade internacional. Na verdade, a competitividade, entre outros fatores, engloba não só qualidade, mas também preços. E o grande problema dos equipamentos nacionais são seus altos custos, que têm origem nas baixas escalas de produção e nos preços elevados dos insumos tanto nacionais como procedentes do Exterior.

Tais fatores, que limitam sensivelmente as condições de concorrência da indústria nacional frente à estrangeira, deveriam ser melhor analisados e, de preferência, equacionados. Nesse sentido, seria bem-vinda, por exemplo, a abertura das importações de insumos estrangeiros a taxas competitivas alguns meses antes de liberar o mercado do País aos produtos acabados. Do mesmo modo, seria conveniente proceder a abertura de forma gradual, através da administração das alíquotas de importação.

Para finalizar, é interessante ainda registrar que 65% das empresas gaúchas de informática das áreas de automação industrial e da comunicação digital têm expectativas de que as autoridades governamentais haverão de manifestar compreensão quanto à real natureza dos pro-

blemas enfrentados pela indústria nacional, adotando medidas pertinentes. No caso de uma boa parte do parque industrial rio-grandense mais diretamente envolvido, esta seria uma condição imprescindível para evitar o seu sucateamento, um resultado absolutamente lamentável — sob qualquer aspecto —, tendo em conta o caráter estratégico que lhe é reservado no processo de modernização da economia.

## **Bibliografia**

- BADESUL (1987). *A indústria de informática do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. (mimeo)
- MAGALHÃES, Heloisa (1990). Competir para sobreviver. *Dados e Idéias*, São Paulo, Gazeta Mercantil, 15(142):18-22, abr.